



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

SERVIÇO SOCIAL E O CONSERVADORISMO: O LONGO CAMINHO PARA A RUPTURA

Heloísa Teles¹
Laís Duarte Corrêa²

Resumo: O Serviço Social e o conservadorismo possuem uma relação longa e sólida, dada a inscrição da profissão no terreno sócio histórico do Brasil. Considerando o padrão de dominação do capital em detrimento aos interesses da classe trabalhadora e as contradições derivadas, o presente artigo pretende refletir sobre as possibilidades postas à profissão para consolidar a ruptura com o conservadorismo.

Palavras-chave: Serviço Social. Conservadorismo. Capitalismo.

Abstract: The Social Work and conservatism have a long and solid relationship, given the profession's inclusion in Brazil's socio-historic terrain. Considering the pattern of capital domination over the interests of the working class and the contradictions derived, the present article aims to reflect about the possibilities to the profession to consolidate the rupture with conservatism.

Keywords: Social Work. Conservatism. Capitalism.

INTRODUÇÃO

Considerar o Serviço Social como trabalho especializado, que responde às demandas advindas das expressões da questão social, pressupõe considerar a processualidade histórica do Brasil como lócus privilegiado para sua compreensão. A definição da questão social como objeto de trabalho e a identificação da profissão inserida no processo de reprodução das relações sociais se apresentam como resultado de um longo processo de amadurecimento da própria profissão que a reconhece inscrita e diretamente relacionada às particularidades sócio históricas do país.

Originário do seio conservador católico, o Serviço Social empreendeu um caminho de análise e aproximação com a realidade social que foi consubstanciando os profissionais a apreenderem as condições e modo de vida particulares produzidos pelo capitalismo no Brasil.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <duarte.lais@hotmail.com>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <duarte.lais@hotmail.com>.

As primeiras tendências teórico-práticas, balizadoras da intervenção profissional, encontravam-se fundamentadas em perspectivas teóricas negadoras da contradição estruturante da sociedade, moralizadoras dos rebatimentos da modernização conservadora e discriminatórias dos resultados da perpetuação da herança colonial escravista brasileira.

O denominado Serviço Social tradicional apresenta uma estreita relação com o conservadorismo que produz rebatimentos na atuação dos Assistentes Sociais até os dias atuais. Destarte, filiado ao materialismo histórico dialético, torna-se fundamental a apreensão dos processos constitutivos dessa processualidade e dos elementos que a conformam, observando que somente essa apreensão é capaz de fornecer subsídios para uma análise que permita a identificação dos desafios e das possibilidades existentes no movimento contraditório do terreno no qual a profissão se inscreve.

Pautado por essa premissa e alicerçado pelo materialismo histórico dialético, o artigo propõe uma reflexão, a partir de uma revisão teórica, sobre as possibilidades postas à profissão para sedimentar a ruptura com o conservadorismo e fortalecer o trabalho voltado para e na defesa dos trabalhadores.

1. A GÊNESE CONSERVADORA DO SERVIÇO SOCIAL

A processualidade sócio histórica do Brasil se apresenta de forma bastante peculiar. Traços vinculados ao desenvolvimento sempre estiveram aliados aos de conservadorismo. O processo de consolidação do capitalismo brasileiro, assim como na maioria dos países latino-americanos, se deu marcado por processos que combinaram elementos modernos do capitalismo central com relações sociais e de produção arcaicas, fundantes da economia brasileira. Tendo como alicerces da sua estrutura econômica o trabalho escravo e as relações sociais de produção baseadas na escravatura, o Brasil transitou do período colonial travestido de pré-capitalista para assumir o caráter do subdesenvolvimento no circuito capitalista global (CUEVA, 1983).

A questão social no Brasil carrega inscrita as marcas da expropriação brutal das suas terras e matérias-primas e do trabalho escravo. Sua gênese apresenta elementos que particularizam as condições de acumulação e centralização da riqueza da região que aqui ganham a marca da superexploração do trabalho expressa, dentre outras maneiras, pela constituição da superpopulação relativa e de condições ínfimas para manutenção dos trabalhadores. Encontra-se na raiz da produção/reprodução da questão social a acumulação primitiva que vai desdobrar na relação desigual entre a acumulação da miséria latino-americana e a consolidação e expansão do capitalismo nos países europeus.

E é no contexto de consolidação da questão social no Brasil que o Serviço Social vai

se originar, inscrevendo sua gênese e desenvolvimento na própria origem e desenvolvimento do capitalismo autocrático do país. O início dos anos de 1930 apresentaram um contexto de efervescência política, principalmente pelas lutas empreendidas pela classe trabalhadora reivindicando condições mínimas de subsistência. A Igreja Católica, nesse momento, esforça-se para recuperar sua influência na sociedade, assim como seus privilégios, dada a secularização da sociedade e tensões existentes entre Igreja e Estado. Tomando como principal estratégia a expansão de suas ações evangelizadoras, a Igreja vai se aliançar com o Estado no intento de legitimar juridicamente suas áreas de influência na sociedade (IAMAMOTO, 2013).

Destaca-se a influência católica sob a emergência do Serviço Social, sendo ela responsável pela disseminação dos valores, conteúdos e processo formativo em sua fase constituinte. Decorrente disso a dimensão ético-política acaba orientada pelo humanismo conservador, sendo a questão moral o tom para as leituras da realidade social, obscurecendo as contradições e determinações sócio-políticas e econômicas.

As precárias condições sociais vividas no país acompanhadas do crescimento das mobilizações dos trabalhadores impelem o Estado e as classes dominantes, com o suporte da Igreja, a se posicionar de forma mais efetiva diante da “questão social”. A partir disso, o Serviço Social, no decurso dos anos 1930 e 1940, se legitima e institucionaliza com o objetivo de fazer frente a “questão social”. O enfoque dado à intervenção nesse período se caracteriza por um forte conservadorismo, ancorado em abordagens de cunho individualista, psicologizante e moralizadora da classe trabalhadora.

O acirramento da contradição posta na relação entre a necessidade de exploração da força de trabalho e os mínimos sociais para reprodução da classe trabalhadora enseja uma ampliação das respostas até então formuladas. Igreja e Estado, portanto, passam a compartilhar a atuação diante da “questão social”, impondo-se “uma ação doutrinária e organizativa com o objetivo de livrar o proletariado das influências da vanguarda socialista do movimento operário e harmonizar as classes em conflito a partir do comunitarismo cristão” (IAMAMOTO, 2013, p.21).

Para tanto, a perspectiva adotada para o desenvolvimento brasileiro estava assentada na lógica etapista. Ou seja, de que a transição do subdesenvolvimento, passando pela fase “em desenvolvimento” até chegar ao patamar de desenvolvido poderia acontecer a partir da adoção de medidas que conduzissem ao progresso, constituindo-se no denominado desenvolvimentismo. Esse processo demandava a articulação de diferentes forças sociais, econômicas e políticas voltadas para a industrialização do país como estratégia para a superação das agruras vivenciadas. Tornava-se necessária a superação da hegemonia oligárquica e a centralização do poder considerada indispensável para a unificação e

organização da sociedade e da economia. Ademais, a expansão da estrutura estatal se constituía como fundamental para concretização do Estado como indutor da urbanização e industrialização.

O desenvolvimentismo marcou profundamente a profissão, uma vez que foi demandada a compor os quadros estatais para contribuir com o atendimento às necessidades de expansão do capital. Na esteira desse processo, o Estado acaba impulsionando a profissionalização do Serviço Social e ampliando os espaços sócio ocupacionais ocupados pelos Assistentes Sociais.

Entretanto, as ações implementadas pelo Estado mantinham o caráter dependente e comprometido com os interesses do capital em detrimento a classe trabalhadora. Na esteira desenvolvimentista, a modernização conservadora serviu para fortalecer o pólo concentrador e centralizador de riquezas e agudizar as desigualdades já existentes. Além disso, marca a trajetória não democrática e autoritária, comum dos países da região latino americana e, ao peculiar processo de formação das classes sociais brasileiras, influenciadas sobremaneira pela expansão e transcurso do capitalismo mundial.

Importa salientar que o Estado brasileiro, assim como na maioria dos diferentes países latino-americanos foi, historicamente, assumindo o papel de protagonista do projeto de subdesenvolvimento, restrito ao lugar da periferia e conformando uma determinada caracterização de funções e formas determinadas de intervenção frente à questão social que tem, paulatinamente, se agravado. A carência de intervenção estatal, no sentido de instituir padrões mínimos de regulação social e a convivência com a perpetuação da coexistência de relações produtivas que integram tecnologia e padrões primitivos de produção, vem resultando historicamente no agravamento das relações de exploração do trabalho e desemprego e agudizando as possibilidades de reprodução da vida social para a maioria da população.

Nesse contexto o Serviço Social foi incorporando em sua intervenção o caráter residual e coercitivo expresso nas políticas sociais. Resultantes do padrão de atendimento às necessidades sociais, os Assistentes Sociais atuavam centrados na inserção dos beneficiários no mercado formal de trabalho e na distribuição de benefícios sociais com caráter contributivo, desempenhando um importante papel na mediação dos interesses entre as classes, tendo como diretriz principal o viés conservador. Travestido pelo discurso da integração e da ajuda, as ações da profissão corroboraram para a disseminação de novos padrões de dominação da classe trabalhadora, num viés de readaptação e ajustamento dos indivíduos à sociedade urbano-industrial em desenvolvimento. A relação da profissão com as políticas sociais vai interferir de forma significativa em sua funcionalidade.

O enfrentamento da “questão social”, portanto, não se fazia diretamente às suas causas, mas sim, aos seus efeitos. Esse quadro vai se agravando a tal ponto que os anos de 1960 radicaliza as contradições estruturantes do país e culmina na implantação de um regime ditatorial. Inserido nesse contexto, o Serviço Social se vê obrigado a refundar suas bases de atuação culminando num profundo Movimento de Reconceituação. Todavia, como qualquer mudança histórica, esse processo não se consolidou de forma pacífica e/ou linear.

Os anos de 1970 e 1980 apresentaram um cenário de tensionamentos internos e pressões externas, debates e proposições sobre os rumos da profissão que culminaram na constatação sobre as relações desiguais e de exploração a que os trabalhadores se encontram submetidos, bem como o reconhecimento dos próprios assistentes sociais como classe trabalhadora. O processo de renovação do Serviço Social se deu de forma processual e cumulativa, articulando e compondo os debates que perpassavam as diferentes forças sociais que compunham o cenário nacional e internacional do período.

Resultaram desse cenário a proposição de três vertentes para o redimensionamento da profissão, sendo elas, a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (NETTO, 2010). Apesar de conter aspectos divergentes, as duas primeiras compartilhavam o conservadorismo como eixo estruturante. A primeira delas com uma vinculação mais aproximada aos interesses desenvolvimentistas propõe a tematização da profissão como partícipe, dinamizadora e integradora no processo de desenvolvimento operado no país, vinculada à autocracia burguesa (NETTO, 2010). A segunda vertente incorpora a inspiração fenomenológica como diretriz teórica, assumindo para a intervenção profissional o caráter de ajuda psicossocial (NETTO, 2010). Refere-se a reatualização, pois mescla a tradição católica, fundadora da profissão, com a busca por matrizes intelectuais mais sofisticadas, mas, que, em verdade, acaba encerrando a pretensa intelectualidade em práticas individualizantes e com parca resolutividade.

Já a intenção de ruptura sinaliza o início da aproximação dos Assistentes Sociais com referenciais teóricos progressistas e inaugura a crítica ao componente conservador. Reclama a si a pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador, quer com os paradigmas de intervenção profissional. Se constitui como intenção uma vez que realiza aproximação com a teoria social crítica nos termos que Netto (2010) vai denominar “marxismo vulgar”. Identifica-se nas sistematizações produzidas por seus defensores um “flagrante hiato entre a *intenção* de romper com o passado conservador do Serviço Social e os *indicativos prático-profissionais* para consumá-la” (NETTO, 2010, p. 161, grifos do autor). Contudo, há de se considerar o contexto sócio-político como determinante para o desenvolvimento da crítica no seio da profissão, reafirmando a inscrição do Serviço Social no contexto mais ampliado da sociedade.

O amadurecimento da intenção de ruptura, principalmente a partir das contribuições de Marilda Villela Iamamoto que opera o resgate da inspiração marxiana, vai deslindar na apreensão da profissão inserida num contexto de totalidade das relações sociais, nos rebatimentos da formação sócio histórica na própria profissão e do significado social assumido a partir deles.

Os anos de 1990 viabilizaram à profissão realizar o giro metodológico que culminou na consolidação do Projeto Ético Político vigente até os dias atuais, incorporando a teoria social crítica como perspectiva teórica hegemônica e a definição dos pressupostos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos comprometidos com as lutas da classe trabalhadora. A eleição desse paradigma para a profissão

[...] contribui decisivamente para consolidar uma cultura profissional marcada por princípios, valores e referenciais teórico-metodológicos que abraçam a teoria marxiana, a superação da ordem capitalista, o humanismo, o internacionalismo das lutas sociais e a radicalidade democrática, os quais fundamentam, articulam e medeiam - sob as condições históricas precisas - a relação entre a realidade e a profissão. (MOTA; AMARAL, 2016, p. 30).

Desde então a profissão tem enfrentado inúmeros desafios para a consolidação de sua reconceitualização e os seus pressupostos constitutivos. O movimento iniciado pela vertente da intenção de ruptura se faz gradativo, principalmente quando considerada a raiz conservadora da profissão que apresenta-se como raiz constitutiva da própria sociedade brasileira. Com isso, o próximo item irá abordar alguns elementos que corroboram para a manutenção do conservadorismo e as possibilidades de consolidação da sua ruptura.

2. A ATUALIZAÇÃO PERMANENTE DO CONSERVADORISMO E OS ESFORÇOS PARA CONSOLIDAR A SUA RUPTURA

Pensar o Serviço Social inscrito no Brasil, portanto, pressupõe a compreensão de que a profissão não está descolada da história do país, mas encontra-se imbricada nela, ou ainda, nas palavras de Iamamoto (2015), a realidade social não é um pano de fundo do Serviço Social, mas em um movimento dialético relacionam-se intrinsecamente.

Nesse sentido, o seio originário do Serviço Social é o conservadorismo, e, tal qual a sua reatualização no contexto atual brasileiro, identificam-se elementos mesmos em constante disputa na profissão. Marcas que subsistem hoje, redefinidas, e que conferem certos traços peculiares ao Serviço Social e, conseqüentemente, ao trabalho dos Assistentes Sociais (IAMAMOTO, 2013). Conforme Braz (2017, p.87), em análise à conjuntura brasileira, o que associa tais elementos na atualidade é a “[...] nossa história, que nos deixou um

conjunto de problemas que permite identificar nos fatos recentes o legado do passado”, e, podemos afirmar, relacionam-se diretamente com o Serviço Social.

Um dos traços que assemelha o Serviço Social ao movimento da história no Brasil é o movimento de reconceituação e as conquistas no âmbito político e dos direitos da classe trabalhadora. Vejamos, o movimento de reconceituação, cujas mudanças emergiram de um amplo processo de aproximação da profissão junto aos movimentos da classe trabalhadora em solo brasileiro, tiveram como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) “cujo peso ideopolítico e teórico metodológico determinou a opção por uma direção social estratégica para a profissão com profundas refrações no exercício profissional, na formação profissional e na organização política dos assistentes sociais” (MOTA; AMARAL, 2016, p.30).

Contudo, e ancorando-se na perspectiva exposta por Netto(2010), entende-se esse movimento como “intenção de ruptura”, o qual se constitui enquanto uma procura constante pelo alcance de novas bases de legitimidade do trabalho profissional, ou seja, uma dimensão processual, mediando contradições e imprimindo a direção social a favor dos interesses da classe trabalhadora. Dessa forma, podemos apreender que em um movimento dialético da história não existe uma ruptura totalmente concretizada, se considerarmos, inclusive, que no seio das próprias discussões que permearam tal intenção, estavam presentes direções que se opunham às novas concepções.

Portanto, essa busca pela ruptura,

Não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um *movimento social mais geral*, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo *rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las*. (IAMAMOTO, 2013, p.42, grifos da autora).

A perspectiva de totalidade assumida pela categoria profissional implica no acréscimo de complexidades no processo de ruptura com o conservadorismo. Dentre elas, destaca-se a apreensão das contradições engendradas na sociedade capitalista e que sua superação somente ocorrerá quando da superação do próprio modo de produção capitalista. Todavia, o debate sobre a consolidação da ruptura com o conservadorismo perpassa as reflexões que apostam em estratégias concretas que viabilizem a população, pelo menos, minorar os efeitos nefastos produzidos pelo modo de produção capitalista.

Assim sendo, quando nos referimos à trajetória de conquistas afetas aos direitos da classe trabalhadora, nos anos 1980, e, mais atualmente, no âmbito político, com os governos

presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT³), evidencia-se, o que Braz (2017) traz como “ilusão”. Isso porque, e apesar dos avanços, podemos perceber um movimento concomitante de cooptação na tentativa de amortizar as lutas sociais e a reafirmação de tais conquistas, que acabaram culminando na contrarreforma do Estado, operada desde os anos de 1990, no golpe de 2016 e na vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018.

No que tange ao Serviço Social, as marcas conservadoras que subsistem e se redefinem, ressurgem na atualidade a partir de parcela de profissionais que desvinculam, inclusive, a questão social como objeto de trabalho profissional, e colocam em xeque o projeto ético-político do Serviço Social. Nesse viés, podemos considerar que esses movimentos são a-históricos e desconsideram a processualidade e amadurecimento da profissão, negando a direção social politicamente assumida em favor da classe trabalhadora.

Essa a-historicidade pode ser entendida como um projeto imposto externamente ao Brasil e, inclusive, a região latino americana inserida num contexto global do capitalismo, e que se expressa, de forma evidente na atualidade, na repressão ao pensamento crítico e à leitura da história pelas lentes da burguesia, amplamente propagado e apoiado pela mídia e pelo fundamentalismo religioso. Inferimos que isso tem atraído multidões, aumentando a adesão ao conservadorismo e aos projetos destrutivos à sociedade, pois trata-se do ocultamento do real, do obscurecimento da luta de classes.

Essa tendência é explicada por Mota e Amaral (2016) como fruto de uma duradoura ofensiva do pensamento burguês que fragmenta e fetichiza a vida social, além de reatualizar as práticas e as ideologias conservadoras, e que acabam produzindo o esvaziamento da compreensão crítica da sociedade, estimulando análises superficiais da realidade e intervenções imediatistas, diante do ocultamento do real e da historicidade. Tudo isso como parte necessária ao desenvolvimento do capitalismo mundial, e, no caso da América Latina, garantia da dominação externa com vistas à exploração e acumulação de mais-valia.

No âmbito interventivo, o próprio tratamento da questão social requisita intervenções imediatistas, se considerarmos os processos de trabalho cada vez mais precarizados, aumento das demandas, diminuição de recursos humanos, instabilidade no trabalho, dentre outros. Tais tendências associadas às condições de trabalho entram em disputa com o direcionamento social e a matriz explicativa da realidade na qual filia-se o Serviço Social hegemonicamente. Isso porque “o Serviço Social não ficou imune a essas tendências mais gerais da ofensiva das classes dominantes e de seus intelectuais que tentam socializar, a todo custo, seus interesses particularistas de modo a torná-los universais, generalizando-os para toda sociedade.” (MOTA; AMARAL, 2016, p.31).

³ A ilusão aqui se dá a partir da falsa ideia de um partido de esquerda no poder, contudo, " predominantemente voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros" (BRAZ, 2017,p.87).

Ainda, no campo de respostas à questão social, pode-se mencionar outro traço que se reatualiza: a busca de legitimação jurídico-política dentro do aparato Estatal, não mais da Igreja Católica como trazido por Iamamoto (2013), mas das Igrejas Neopentecostais, num movimento acentuado de evangelização da sociedade, assim como filantropização do Estado. Essas tendências aprofundam o enfrentamento à tensão inerente à questão social a partir de um viés moralista e religioso, em contraposição à concepção de direito.

Nesse contexto, as instituições religiosas e os mecenas eleitorais associam-se ao setor público, mascarando uma “lógica de interdependência” que rendem contratos bilionários, dirigem as políticas governamentais segundo seus interesses econômicos e, podemos acrescentar, endossam o setor de serviços públicos de fundamentalismo religioso (IASI, 2017).

Importante destacar que o traço moralizador de tratamento da questão social que busca incidir no comportamento dos sujeitos objetivando alterar a sua conduta, reatualiza, a ‘velha’ psicologização da questão social no âmbito da profissão, reiterando a reprodução do capital, além de individualizar expressões coletivas produzidas pela contradição de classes (MOTA; AMARAL, 2016, p.42).

Portanto, é mister que o Serviço Social permaneça, conforme Iasi (2017), em forma de trincheira de resistência contra as metamorfoses operadas pelo capital na sociedade, mas acima de tudo, que esteja fortalecido em suas raízes críticas nas disputas cotidianas com o conservadorismo que o marcam e que se reatualizam na atualidade, reafirmando a questão social como objeto de trabalho a partir da apreensão marxista dos fundamentos da profissão.

Nesse sentido, a própria história demonstra como esse fortalecimento é possível: a organização coletiva, mesmo sabendo que, desde o surgimento da questão social no Brasil, esta vem sendo criminalizada, e, não de forma diferente, as formas de organização coletivas, inclusive das político-organizativas da profissão, que, na atualidade, são por vezes criticadas sem a participação dos profissionais, que para além de críticas, vivenciam condições de trabalho desfavorecedoras à participação, as quais iniciam desde o movimento estudantil, considerando a grande parcela de estudantes trabalhadores.

Contudo, reitera-se que foi somente a partir da organização de parcela da categoria para assumir a direção do Conselho Federal e regionais objetivando fortalecer e adensar o novo projeto em âmbito profissional que se deu a aprovação do Código de Ética de 1986, mais tarde revisado e concluído em 1996, além da Lei de Regulamentação aprovada em 1993, transformando a atividade do próprio Conselho em atividade de fiscalização e desburocratização das suas entidades. (CFESS, 2008).

Além disso, as próprias Diretrizes Curriculares de 1996 foram fruto de um amplo processo de construção coletiva por meio da articulação de um grande número de unidades

de ensino do país e que “reafirma e aprofunda a direção social estratégica e os fundamentos do currículo mínimo de 1982 na perspectiva da superação das defasagens teórico-metodológicas e fragilidades operativas da formação” (ABREU, 2008, p.179-180), e que hoje, precisa ser garantida diante da precarização cada vez mais intensificada da formação.

Não de forma diferente e desarticulada, o movimento estudantil também passou por transformações e coletivamente fez a crítica à cooptação da UNE, constituindo a ENESSO, entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social. Todavia, a apatia política que perpassa parcela significativa da população aliada à intensificação dos mecanismos manipulatórios de alienação também repercute na capacidade de articulação política discente.

Aliar o trabalho às instâncias político-organizativas possibilita fortalecer “o atual lugar que o Serviço Social ocupa no espectro político-profissional”, além de fortalecer a produção intelectual no campo das ciências sociais “sob pena de reproduzirmos as práticas empiricistas, sincréticas e imediatistas” (MOTA; AMARAL, 2016, p.46-47). Esse movimento só será possível se operado coletivamente, e no cotidiano do trabalho, aliando, assim, a dimensão técnico-operativa à luz das dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão.

Ademais, a superação do conservadorismo no Serviço Social só se dará mediante a superação do modo de produção capitalista na sociedade, pois não se constitui, conforme exposto por Iamamoto (2013), em um movimento “interno”, e cabe mencionar, muito menos isolado de outras categorias e da classe trabalhadora como um todo e, aqui, mais uma vez, reafirma-se, a necessidade de articulação coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social, conformado como uma especialização do trabalho coletivo, se insere na divisão social do trabalho para responder às necessidades sociais derivadas das contradições advindas das relações sociais entre classes. Tem uma função e um significado social, pois atua diretamente na reprodução material da força de trabalho e, conseqüentemente, no processo de reprodução sócio-política dos sujeitos sociais. Ele “responde tanto a demandas do capital como do trabalho numa relação dialética e contraditória.

Inscrito no bojo dos processos de produção e reprodução do capital, o Assistente Social acaba encontrando-se enredado nas relações conservadoras, constitutivas do padrão de reprodução social brasileiro. Como resultado, muitas vezes, acaba proferindo um discurso comprometido com as classes trabalhadores, mas descolado da sua atuação profissional. Longe da pretensão massificadora e fatalista da intervenção profissional, cabe reconhecer os

limites da atuação profissional, principalmente quando constatada o perfil adotado pela proteção social brasileira e a inserção massiva dos profissionais nesse campo. Agrava o quadro o distanciamento dos movimentos sociais e demais formas de organização da classe trabalhadora que os profissionais vêm tomando, num movimento que evidencia a institucionalização da profissão nos aparatos burocrático-estatais.

Destarte, inserido no bojo desse cenário contraditório, faz-se imprescindível ao Assistente Social analisar de forma crítica a totalidade social, articulando os elementos universais, particulares e singularidades que a compõem. Sua efetivação arrola o movimento das relações sociais estabelecidas com a reprodução social da vida, pois consiste num caminho de apreensão do real através de sucessivas aproximações, articulando a teoria com os processos interventivos (PONTES, 2000).

Sendo assim, a realização de análises críticas e minuciosas sobre a realidade social, apreendendo como os elementos vinculados a formação sócio histórica do país incidem no padrão determinado de reprodução do capital, torna-se pressuposto para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que esta se torna seu lócus de trabalho e que está imbuída tanto de características emancipatórias e de defesa de direitos, quanto de características reiteradoras do não direito e tuteladoras. Logo, torna-se necessário o desvelamento das tendências e condições emergentes do processo social, a partir da análise da totalidade concreta, considerando as particularidades atinentes à formação sócio-histórica brasileira.

As dinâmicas social, econômica, política e cultural da sociedade capitalista a qual o assistente social encontra-se inserido, forjam a dinâmica societária e oferecem as condições para o exercício do trabalho, uma vez que estas condições podem tanto operar enquanto impeditivos como também possibilidades para a intervenção. Esta leitura instiga a proposição de alguns elementos que possam servir como balizas teóricas para a análise do trabalho desenvolvido e asseguramento da perspectiva emancipatória e crítica, defendida pelo Código de Ética da categoria.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. Abepss: a perspectiva da unidade da graduação, pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.95, p.173-188, Set/2008.
- BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.128, p. 85-103, jan./abr. 2017.
- CFESS. O CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.95, p.161-172, Set/2008.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Ed., 1983.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IASI, Mauro Luis. O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 72-84, jan./abr. 2017.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete; Angela Santana do, AMARAL (org). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. In: MOTA, Ana Elizabete et. al. (org.) **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.